



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº TRF2-ETP-2023/00132

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de contratação de seguro de bens móveis e imóveis para as unidades deste Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ou seja, Rua Acre nº 80, Av. Rio Branco nº 241 (CCJF) e Rua Visconde de Inhaúma nº 68 tendo em vista o vencimento da apólice vigente em 29/11/2023.

Considerando a necessidade de bem preservar o patrimônio público contra danos materiais que porventura possam sofrer e o vencimento da apólice vigente, se faz necessária a formalização de nova contratação. Trata-se, portanto, de transferência do risco de danos patrimoniais segundo a natureza das coberturas contratadas para o período de 24 meses.

02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

ID FC-3 do Plano de Contratações Anual 2023.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de companhia seguradora para cobertura dos bens imóveis, pertencentes à União, utilizados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como para os bens móveis, integrantes de seu patrimônio, e alocados nos referidos imóveis pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, cobrindo, no mínimo, os riscos derivados de incêndio e explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada ou eventual por terceiros, queda de raios e suas consequências, danos elétricos e responsabilidade civil.

Contratação de companhia seguradora para cobertura dos bens imóveis, pertencentes à União, utilizados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como para os bens móveis, integrantes de seu patrimônio, e alocados nos referidos imóveis.

3.1 Especificações:

3.1.1 Conjunto de prédios que compõem a sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro - RJ, incluindo o prédio central (denominado prédio sede) e todos os seus anexos (denominados Anexo1-A, 1-B, 2-A, 2-B e Plenário), onde são desenvolvidas as atividades da área judicial (Gabinetes de Desembargadores, Salas de Sessão das Turmas e Plenário), atividades da área administrativa (Escritórios, Auditórios, Biblioteca, Arquivo Geral, Centro de Processamento de Dados, Depósitos de Almoxarifado, Gráfica, Garagem e outros).

3.1.2 Centro Cultural da Justiça Federal – CCJF, situado na Avenida Rio Branco nº 241, Centro, Rio de Janeiro – RJ, onde são desenvolvidas atividades administrativas (Escritórios, Depósito de Almoxarifado, Biblioteca) e artísticas (Sala de Teatro, Sala de Cinema, Sala de Música, Salas de Exposições e outras). Trata-se de prédio tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.1.3 Prédio localizado na Rua Visconde de Inhaúma nº 68, Centro, Rio de Janeiro – RJ, com 3 (três) pavimentos, destinado às atividades administrativas (Escritórios) do TRF da 2ª Região.

Código SIASG: 71334

3.2 Obrigações da Contratada:

3.2.1 Prestar, sempre por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Segurado;

3.2.2 Responder por todo e qualquer comportamento e atitudes de seus profissionais, durante a vigência do contrato;

3.2.3 Manter um preposto que será responsável pelos contatos e entendimentos com o segurado, objetivando esclarecer toda e qualquer questão referente à apólice;

3.2.4 Fornecer a apólice de seguro, condizente com as exigências deste Termo de Referência, para que não haja conflitos de disposições, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, contendo todos os dados do seguro tais como coberturas, valores contratados, vigência, e demais condições gerais e particulares;

3.2.5 Emitir endosso na apólice, atualizando os dados disponíveis, nos casos de substituições, inclusões ou exclusões.

3.2.6 Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido pago, o direito à indenização não ficará prejudicado se o Contratante cobrir o débito até a data do vencimento.

3.2.7 Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação.

3.2.8 Manter, conforme as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, e durante a vigência da Apólice, a seguradora ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93).

3.3 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.4 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

3.4.1 - Comprovação de aptidão mediante a apresentação de pelos menos um único atestado emitido por pessoa de direito público ou jurídica, que comprove a execução de serviços nas características, quantidades e prazos equivalente ou superior às requeridas neste edital.

3.4.1.1 - Justificativa: A qualificação técnica é solicitada a fim de comprovar que a empresa está apta a cumprir as obrigações assumidas com a Administração Pública.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.5 - VISTORIA TÉCNICA

3.5.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados o objeto até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de se inteirar das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes ao objeto a ser executado.

3.5.2 - As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 16:00, devendo ser previamente agendadas com a Seção Registro Patrimonial pelo telefone 2282-8292 ou pelo e-mail seregi@trf2.jus.br.

3.5.3 - A declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto supre a necessidade de visita técnica.

3.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro da validade, que comprove que a licitante está regular para operar no mercado segurador;

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

TABELA 1 – CONJUNTO SEDE, ANEXOS 1 E 2 E PLENÁRIO:

ÁREA CONSTRUÍDA (M2)	VALOR DAS BENEFÍCIAS (R\$)	VALOR DO CONTEÚDO DOS IMÓVEIS (R\$)	COBERTUR A DE INCÊNDIO, RAIO, EXPL OSÃO, TUMULTO (R\$)	COBERTUR A PARA DANOS ELÉTRICOS (R\$)	COBERTURA PARA RESPO NSABILIDADE CIVIL (R\$)
Prédio Sede: 14.209,10m2 Plenário: 956,25m2 Anexos 1-A e 1-B: 19.899,44m2 Anexos 2-A e 2-B: 14.190,85m2	231.306.628,49	73.416.105,72 (*)	304.722.734,21	8.000.000,00	2.000.000,00

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

(*) Foram excluídos os veículos por já estarem cobertos por seguro específico

TABELA 2 – CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL

ÁREA CONS TRUÍDA (M2)	VALOR DAS BENF EITÓRIAS (R\$)	VALOR DO CONT EÚDO DO IMÓVEL (R\$)	COBERTU RA PARA INCÊNDIO, RAIO E EXPLOSÃO (R\$)	COBERT URA PARA DANOS E LÉTRICO S (R\$)	COBERTURA PARA RESPO NSABILIDAD E CIVIL (R\$)
4.761,38	84.946.165,26	3.279.920,64 (*)	88.226.085,90	2.000.000,00	2.000.000,00

(*) Foram excluídos os veículos por já estarem cobertos por seguro específico

TABELA 3 – IMÓVEL RUA VISCONDE DE INHAÚMA

ÁREA CONS TRUÍDA (M2)	VALOR DAS BENF EITÓRIAS (R\$)	VALOR DO CONT EÚDO DO IMÓVEL (R\$)	COBERTU RA PARA INCÊNDIO, RAIO E EXPLOSÃO (R\$)	COBERT URA PARA DANOS E LÉTRICO S (R\$)	COBERTURA PARA RESPO NSABILIDAD E CIVIL (R\$)
1.116,39	2.497.399,03	948.179,32	3.445.578,35	500.000,00	2.000.000,00

TABELA 4 – CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DOS IMÓVEIS

CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	SEDE E ANEXOS	CCJF	VISCONDE DE INHAÚMA
Distância aproximada do Corpo de Bombeiros	2,1 km	2,9 km	3,2 km

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Pára-raios	Sim	Não	Não
Brigada contra Incêndio	Sim	Sim	Não
Extintores	Sim	Sim	Sim
Sprinkler	Sim	Não	Não
Alarme contra incêndio	Sim	Não	Não
Mais de 25% de área construída em madeira	Não	Não	Não
Hidrante	Sim	Sim	Sim
Imóvel com idade superior a 40 anos	Sim	Sim	Não
CFTV	Sim	Sim	Não
Detectores de Incêndio	Sim	Não	Não
Vigilância armada 24 horas	Sim	Sim	Sim
Escada enclausurada	Sim	Sim	Sim
Botoeiras de alarme	Sim	Não	Não

5. FRANQUIA

Os valores das franquias, na modalidade dedutível, para as coberturas onde se admite estipulação, conforme normas da SUSEP, seguirão as regras abaixo, para todos os imóveis e respectivos conteúdos:

COBERTURA	FRANQUIA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Incêndio, queda de raio, explosão	10% do valor dos prejuízos apurados, com o mínimo de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)
Danos elétricos, responsabilidade civil	10% do valor dos prejuízos apurados, com o mínimo de R\$ 5000,00 (Cinco mil reais)

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Considerando que o objetivo é contratar serviço de seguro para os bens móveis e imóveis, não há no mercado solução alternativa que não seja a contratação de empresa habilitada à prestação de cobertura securitária.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Com base no valor da última contratação (Processo TRF2-EOF-2022/00223), o valor estimado para contratação encontra-se no TRF2-INC-2023/01099.

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Trata-se de contratação de seguro para os imóveis listados a seguir e seus respectivos bens móveis:

- a) Conjunto de prédios que compõem a sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro - RJ, incluindo o prédio central (denominado prédio sede) e todos os seus anexos (denominados Anexo1-A, 1-B, 2-A, 2-B e Plenário).
- b) Centro Cultural da Justiça Federal – CCJF, situado na Avenida Rio Branco nº 241, Centro, Rio de Janeiro – RJ.
- c) Prédio localizado na Rua Visconde de Inhaúma nº 68, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Os itens podem ser adjudicados a empresas diferentes.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Pretende-se com esta contratação resguardar o patrimônio deste Tribunal, por meio de solução eficiente e econômica disponível no mercado, trata-se da transferência do risco de danos, das coberturas que compõem o objeto desta contratação, para a companhia seguradora contratada.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

O Tribunal deverá franquear ao representante da licitante, caso este manifeste o interesse, o acesso às dependências dos imóveis a serem objeto de cobertura securitária e dos bens móveis, ainda que amostragem, com o devido acompanhamento por representante da Unidade requisitante.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há contratação correlata ou interdependente ao objeto deste ETP.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

Não há impacto ambiental na execução do serviço.

13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A viabilidade da contratação está amparada pelo critério de conveniência, amplamente pontuada nos itens deste Estudo Preliminar, destacando-se a necessidade da transferência dos riscos.

Ficou demonstrada a existência do objeto em contratações deste e de outros órgãos da Administração Pública, ou seja, a solução proposta é amplamente utilizada na esfera pública.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2023.

LEONARDO RABELLO DE FREITAS
Assistente I
SECAO DE REGISTRO PATRIMONIAL